

CORREIO NACIONAL



Justiça italiana condenou ex-jogador por estupro

Presidente do STJ assina decisão que autoriza prisão

A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Maria Thereza de Assis Moura, assinou há pouco o documento que autoriza a Justiça Federal em Santos (SP) a prender o ex-jogador de futebol Robinho. Na quarta, por 9 votos a 2, a Corte Especial do STJ decidiu que o ex-jogador deve cumprir no Brasil a pena de 9 anos de prisão por estupro. A sentença foi definida pela Justiça da Itália, onde o ex-jogador foi condenado em três instâncias pelo envol-

vimento em um estupro, ocorrido dentro de uma boate de Milão, em 2013. “Comunico a Vossa Excelência que a Corte Especial, na sessão de 20 de março de 2024, ao apreciar a HDE 7.986, por maioria, deferiu o pedido de homologação de decisão estrangeira, com determinação de ciência imediata a esse juízo, a fim de que se inicie, de imediato, a execução de sentença condenatória, nos termos do voto”, diz o documento que autoriza a prisão.

Pressionada

Em meio às críticas e tensões políticas, a ministra da saúde Nísia Trindade afirmou, na última quinta-feira (21), que segue em sua posição no comando da pasta da Saúde. Trindade citou que enfrenta um cenário de opressão, além da exposição e dos comentários machistas.

Vacinados I

O Brasil vacinou, até a terça, 14,5% do público-alvo contra a dengue e apenas 0,2% da população. Das 1.235.236 doses distribuídas pelo SUS desde o início da vacinação, no dia 9 de fevereiro, 451.412 foram aplicadas. Pouco mais de 3,1 milhões se enquadram nos critérios para o recebimento da vacina.

Sem validade I

Os lotes da vacina da dengue distribuídos pelo Ministério da Saúde começam a vencer a partir do dia 30 de abril. A informação foi dada pela secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Ethel Maciel, durante entrevista a jornalistas nesta quinta-feira (20). Mais lotes expiram em maio e junho.

Vestimenta I

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pediu nesta quinta-feira (21) explicações ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a aprovação da norma que regulamenta vestuário para entrar no tribunal, de acordo com a instrução normativa de 9 de fevereiro deste ano.

País musical I

Impulsionado pelo streaming (tecnologia de transmissão de dados pela internet, principalmente áudio e vídeo, sem a necessidade de baixar o conteúdo), o Brasil ocupou, em 2023, a nona posição no ranking dos dez principais mercados musicais do mundo.

Apoiada

A pressão contra a ministra se acirrou na terça, após uma reunião com representantes da Frente Nacional dos Prefeitos, que reúne gestores de capitais e cidades grandes e médias. Em apoio à permanência da ministra, diversas entidades e grupos científicos e médicos divulgaram notas

Vacinados II

A Saúde define o público-alvo como crianças e adolescentes de 10 a 14 anos dos 521 escolhidos para a administração das doses na primeira etapa da campanha de vacinação. Considerando o total entre 10 a 14 anos -13.674.961 pessoas, segundo IBGE, as doses foram aplicadas a 3,3% do grupo.

Sem validade II

Os imunizantes com vencimento mais próximo fazem parte dos fornecidos sem custo ao Ministério da Saúde pela Takeda, fabricante da vacina QDenga, que totalizam 1,3 milhão de doses. O ministério não informou quantos lotes estão próximos do vencimento até esta publicação.

Vestimenta II

Os trajes permitidos são terno, camisa social e gravata para pessoas que se identificam com o gênero masculino e vestido, blusa com calça ou saia “de natureza social” para quem se identifica com gênero feminino. A divulgação da norma provocou debate nas redes sociais.

País musical II

Em 2023, o mercado fonográfico brasileiro teve faturamento de R\$ 2,864 bilhões, com aumento de 13,4%, em comparação a 2022. Os dados estão em relatório divulgado pela Pro-Música, entidade que representa as principais gravadoras e produtoras fonográficas do país.

Governo lança projeto para juventude negra

O plano prevê uma bolsa de R\$ 500 que ainda será definida

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no lançamento do plano Juventude Negra Viva

Guajajara (Povos Indígenas). Segundo o governo federal, o plano conta com 200 ações e 43 metas específicas. Elas estão divididas em diversos eixos, como saúde, educação, cultura, segurança pública, geração de trabalho e renda, ciência e tecnologia, esportes, segurança alimentar, fortalecimento da democracia, meio ambiente, garantia do direito à cidade e a valorização dos territórios. Os investimentos e ações serão implementadas por 18

ministérios do governo. “O pacote é fruto da reivindicação de movimentos negros em todo o Brasil e tem como principal objetivo construir ações transversais para a redução da violência letal e outras vulnerabilidades sociais que afetam majoritariamente a juventude negra no país”, informou o governo. O plano prevê a criação do Projeto Nacional de Câmeras Corporais, para evitar excessos nas abordagens de policiais con-

tra jovens negros. Esse projeto vai prever uma diretriz nacional de uso de câmeras corporais na segurança pública, cadernos de referência operacional para o uso dos equipamentos, treinamento e capacitação. O documento também prevê a criação do Pronasci Juventude, com bolsas de R\$ 500 para jovens negros enquanto passam por cursos de capacitação profissional. **Por: Renato Machado (Folhapress)**

O aumento da carga horária do EM

A aprovação de mudanças na reforma do ensino médio pela Câmara dos Deputados, na noite desta quarta-feira (20), traz como ponto positivo o aumento da carga horária para a chamada formação geral básica, avaliam especialistas ouvidos pela reportagem. Por outro lado, o texto faz uma diferenciação em relação ao itinerário geral e o itinerário do ensino técnico. Esse ponto seria prejudicial, na avaliação de Márcia Jacomini, professora do departamento de educação da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). “Diante do conteúdo e das consequências, a reforma deveria ser revogada, e o processo de implementação de uma nova deveria ocorrer de uma forma participativa. Mas, diante do que está posto, a reforma da reforma pode trazer benefícios. O aumento das horas de 1.800 para 2.400, na formação geral, dará condições para que as escolas desenvolvam o conteúdo”,

diz. O texto ainda precisa passar pelo Senado. A proposta do Executivo previa 2.400 horas obrigatórias do currículo geral para todos os itinerários formativos. O relator, com apoio da maioria dos secretários estaduais de educação, afirmava que o patamar obrigatório inviabilizaria os cursos profissionalizantes. “Estamos assumindo que os estudantes que escolhem essa formação técnica podem ter menos conteúdo da formação geral básica. Que eles não precisam saber muita coisa de português, matemática, química, física”, afirma Jacomini. Já Priscila Cruz, presidente do Todos pela Educação, considera que o novo substitutivo segue preservando os princípios da reforma de 2017 --que gerou críticas após a implementação-- e traz melhorias frente ao desenho original. **Por: Tayguara Ribeiro (Folhapress)**



Freepik

Mais da metade das vítimas é preta ou parda, diz estudo

Cresce a violência não letal contra mulheres

Entre 2018 e 2022, todos os tipos não letais de violência contra mulheres cresceram 19% no Brasil. Essas formas de agressão incluem a patrimonial, a física, a sexual, a psicológica e a moral e, com exceção da última, foram acompanhadas pelo Instituto Igarapé, que realizou levantamento sobre o assunto, em parceria com a Uber. De acordo com o Instituto Igarapé, na última década, tais ocorrências aumentaram 92%. Para elaborar o relatório que contém esses dados, foram ex-

traídas estatísticas dos sistemas oficiais de saúde e dos órgãos de segurança pública. No apanhado dos pesquisadores, contabilizam-se ocorrências, o que significa que uma mesma mulher pode ter sido vítima de mais de uma das formas de violência registradas. Ao longo da apuração dos dados, constatou-se que as mulheres negras são os principais alvos da violência de gênero não letais, independentemente da forma que as agressões assumem.

STF

STF reafirma causas e luta contra o preconceito

No início da sessão plenária desta quinta-feira (21), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, lembrou que se celebra hoje o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial e o Dia Internacional da Síndrome de Down. Segundo o ministro, a data é uma oportunidade para evocar a conscientização global sobre a necessidade de erradicar todas as formas de preconceito. Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial lembra episódio que ficou conhecido como Massacre de Sharpeville, em 1960, na África do Sul.

STJ

Suspensão de pena de empresário é negado

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Og Fernandes, negou pedido do empresário Hugo Alves Pimenta para, em antecipação dos efeitos da tutela em recurso extraordinário, suspender a execução provisória da pena de 27 anos de prisão pela participação na Chacina de Unai. Em setembro de 2023, a Quinta Turma determinou o início do cumprimento provisório das penas dos envolvidos no crime. No episódio, ocorrido em 2004, três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho foram assassinados enquanto exerciam fiscalização em área rural no município de Unai (MG).

TSE

Educamídia ensina setor educacional sobre IA

O Instituto Palavra Aberta, entidade sem fins lucrativos, fortalece a parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no combate à desinformação por meio do programa Educamídia. A iniciativa capacita professores e organizações para engajar pais e jovens no processo de educação midiática. O objetivo do programa, que tem o apoio do Google.org, é atuar na formação de educadores com foco na interpretação crítica das informações. Um dos materiais disponibilizados aos professores para o trabalho com estudantes do ensino médio, por exemplo, trata das potencialidades e dos desafios da IA.

TCU

Formalização eletrônica dos processos do INSS

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou auditoria operacional integrada no INSS para avaliar a adequação, a eficácia e a efetividade da estrutura de supervisão técnica dos processos de reconhecimento inicial de direitos (RD). O relator do processo foi o ministro Aroldo Cedraz, A fiscalização abrangeu o período de janeiro de 2021 a março de 2022 e foi realizada em conjunto com a Auditoria-Geral da autarquia [INSS]. “A motivação do trabalho foi o alto risco de desconformidade apontado em outras auditorias acerca desses processos”, explicou o ministro-relator do processo no TCU, Aroldo Cedraz.